



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JCBC  
Nº 70004487013  
2002/CÍVEL

ad. 79

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
- CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO  
PARA EFEITO DE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES  
E ADICIONAIS - INCONSTITUCIONALIDADE DO  
ARTIGO 79 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE  
NOVO HAMBURGO QUE ASSIM DISPÕE -  
REGULARIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE  
SUPRIMIU DOS AGRAVADOS AS VANTAGENS DAÍ  
DECORRENTES - INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 40,  
§ 9º DA CF/88 - DESNECESSIDADE DE SUSCITAR  
INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE UMA VEZ  
QUE O ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL PLENO JÁ  
SE MANIFESTOU SOBRE A MATÉRIA (ART.481,  
PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC).  
agravo provido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Nº 70004487013

NOVO HAMBURGO

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

AGRAVANTE

LIRIA MARIA FUHR PASINI E  
OUTROS

AGRAVADOS

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da **QUARTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado, à **UNANIMIDADE**, DAR **PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**.

Custas, na forma da lei.



JCBC  
Nº 70004487013  
2002/CÍVEL

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores Desembargadores **ARAKEN DE ASSIS**, Presidente, e **WELLINGTON PACHECO BARROS**.

Porto Alegre, 16 de outubro de 2002.

  
DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO,  
Relator.

## RELATÓRIO

**DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO (RELATOR)** – O MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO ingressou com agravo de instrumento diante da decisão do Exmo. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível de Novo Hamburgo, proferida nos autos da ação cautelar interposta por LÍRIA MARIA FUHR PASINI e OUTROS, que deferiu a tutela antecipada requerida na inicial para determinar fosse observado o art. 79 da Lei Orgânica Municipal para fins de pagamento dos proventos até o definitivo julgamento da lide.

Sustentou o agravante que o art. 79 da referida lei prevê vantagem não estendida pela Constituição, em seu art. 40, § 9º, cujo alcance restringe o aproveitamento do tempo de serviço público prestado a outros órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios apenas para efeito de aposentadoria e/ou disponibilidade, e não para gratificações por tempo de serviço, nem outras vantagens funcionais quaisquer. Presente assim, a inconstitucionalidade material do art. 79 da Lei



JCBC  
Nº 70004487013  
2002/CÍVEL

Orgânica Municipal. Além disso, alegou que tal artigo também não encontra correspondência com a Constituição Estadual, eis que igual previsão do art. 37 da CE já foi declarada inconstitucional pelo Tribunal Pleno desta Corte. Requereu a concessão de liminar suspendendo o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da Câmara.

Recebidos os autos, foi indeferida a liminar pleiteada (fl. 41).

Os agravados, devidamente intimados, deixaram de apresentar suas contra-razões.

Com o parecer do Procurador de Justiça, no sentido de ser desprovido o recurso, veio o feito a julgamento.

É o relatório.

## VOTO

**DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO (RELATOR)** – Eminentes Colegas, rogando vênias ao ilustre signatário do parecer ministerial, que opinou pelo desprovemento do agravo, estou votando pelo acolhimento da inconformidade do agravante com a douta decisão hostilizada.

E o faço na linha da fundamentação das bem lançadas razões recursais.

O art. 79 da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo contempla vantagem não prevista no texto constitucional, qual seja o aproveitamento do tempo de serviço prestado na Administração Pública direta e indireta federal, estadual e municipal, inclusive fundações públicas, para fins



JCBC  
Nº 70004487013  
2002/CÍVEL

de gratificações e adicionais por tempo de serviço, além de seu cômputo para fins de aposentadoria e disponibilidade.

Desta forma, mostra-se correto o ato administrativo que suprimiu da remuneração dos agravados as verbas decorrentes da aplicação do mencionado dispositivo legal no que tange a vantagens oriundas da contagem de tempo de serviço (gratificações e adicionais de carreira).

Vale referir o precedente mencionado no recurso, Apelação Cível nº70001151562, relator o eminente Des. Luiz Ari de Azambuja Ramos, com a seguinte ementa:

**"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL PARA FINS DE GRATIFICAÇÕES ADICIONAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 41 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.** Lei Orgânica Municipal do Município de Pelotas, cujo artigo 41 autoriza a contagem de tempo de serviço federal, estadual e municipal para fins de gratificações adicionais. Inconstitucionalidade material do permissivo da lei municipal, possibilidade de aproveitamento de tempo de serviço público apenas para fins de aposentadoria e disponibilidade (CF, art. 40, parágrafo 30, modificado pelo parágrafo 9º, art. 40, da EC 20/98). Manifestação do órgão especial do Tribunal Pleno, em julgamento de improcedência de ADIN, apenas sobre vício de natureza formal. Igual previsão contida no art. 37 da Constituição do Estado declarada inconstitucional incidentalmente. Desnecessidade de novo pronunciamento do Órgão Especial do Tribunal Pleno sobre a questão (CPC, art. 481, parágrafo único). Ação improcedente. Apelação provida, prejudicado o reexame."

Igualmente, no Incidente de Inconstitucionalidade nº596055277, o egrégio Órgão Especial do Tribunal Pleno reconheceu que o art.37 da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JCBC  
Nº 70004487013  
2002/CÍVEL

Constituição Estadual, com redação semelhante à da lei municipal em comento, está em desacordo com as normas da CF/88.

Considerando o comando do art.481, parágrafo único, do CPC, é desnecessário suscitar novo incidente de inconstitucionalidade.

Isto posto, dou provimento ao agravo.

**DES. WELLINGTON PACHECO BARROS** – De acordo.

**SR. PRESIDENTE (DES. ARAKEN DE ASSIS)** – De acordo.

**SR. PRESIDENTE (DES. ARAKEN DE ASSIS)** – Agravo de Instrumento nº 70004487013, de Novo Hamburgo – A decisão é a seguinte: **DERAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME.**

Julgador de 1º Grau: Dr. Alexandre Kosby Boeira.

APQ